



BOCA DO POVO



OMAR PERES

omarperes.blogspot.com

Com a Redação

Turismo

Na Câmara de Dirigentes Lojistas, hoje e amanhã, é realizado o Fórum do Turismo da Prefeitura, entre 14h30min às 18h, na rua Halfeld 414, 3º andar. A proposta é abordar questões ligadas ao desenvolvimento das atividades turísticas na cidade. Os dirigentes da Câmara anunciam que vão propor a discussão da qualificação e capacitação nas escolas, na guarda municipal, agente de trânsito, taxistas, recepcionistas de hotéis, aeroporto e rodoviária, comércio, entre outros itens.

Pela base

A Lei Orgânica Municipal, que está em fase de revisão e aperfeiçoamento, deve cuidar de uma indagação procedente, segundo o vereador Wanderson Castelar, tendo em vista os princípios e fundamentos da cidade com ampla participação social: "Temos que nos fazer e responder a seguinte pergunta: que cidade queremos construir? Se queremos uma cidade inclusiva – exemplifica o vereador –, será necessário desdobrar este princípio numa série de normas que garantam sua realização. Além disso, devemos criar instrumentos de controle que permitam ao cidadão comum exigir a aplicação de cada artigo da nova Lei".

Aposentados

Antes do recesso parlamentar de julho a Câmara dos Deputados terá de votar o veto do presidente Lula à emenda do senador Paulo Paim, que estendeu aos aposentados e pensionistas o reajuste de 16,67% dado ao salário mínimo em 2006. Calcula-se que o rombo nos cofres do INSS chegue a R\$ 36 bilhões, se tiver que pagar essa conta.

O governo está diante da seguinte situação: ou concede o benefício e arrebenta com os cofres ou o nega, ganhando a antipatia dos aposentados.

JOÃO SCHUBERT



Ontem, 13h30min, Avenida dos Andradas. Uma das poucas vias de ligação das zonas Norte e Sul estava congestionada desde a travessia de Mariano Procópio até o acesso à igreja da Glória. Longa fila de carros, ônibus e caminhões esperava a passagem de um comboio da MRS. O quadro teria sido ainda mais grave se ocorresse a coincidência do pique das aulas da Faculdade Universo com a intensificação dos trens que sobem à região de extração de minério. Situações como a da foto fortalecem a travessia de Mariano como uma das prioridades no plano de viadutos ou passagens de nível inferior.

Os cinemas

Os números do primeiro semestre devem indicar aumento de cerca de 12% na frequência aos cinemas da cidade, em comparação com o mesmo período do ano passado. É o que deve se observar, igualmente, na maioria das cidades mineiras, que, por sua vez, seguem tendência nacional. Ainda não foram apresentadas razões para o crescimento, mas entre elas certamente vai figurar a melhoria da qualidade dos filmes brasileiros.

Sobre a Amac e seu futuro

Muito se fala e se critica, mas pouco se discute a AMAC como instituição pública. São muitas as críticas, principalmente quanto ao empreguismo praticado por quase todos os prefeitos, que dela se utilizaram para colocar cabos eleitorais em alguma "função". Importante dizer, que nem todos os funcionários enquadram-se nessa condição. Ela possui profissionais muito qualificados.

Também pouco se sabe sobre os benefícios e serviços prestados às camadas mais humildes.

Mas sem a AMAC os problemas sociais da cidade seriam maiores. Contudo, a que preço ela faz tudo isso? Não me refiro ao custo financeiro, porém às injustiças dos políticos que não se preocuparam com a ilegalidade, contratando centenas de pessoas para trabalhar, qualificadas ou não, para exercer função pública sem concurso. Entraram porque eram amigos de políticos e prefeitos. Cara do Brasil.

Necessário perguntar: é correto um prefeito nomear amigos em detrimento de cidadãos que tam-

bém buscam o emprego? Eu, honestamente, acho que não. Para mim, a porta de ingresso no serviço público é o concurso.

Agora estamos assistindo ao reverso de um processo que aterroriza funcionários da Amac: a dispensa, o desemprego. Isso porque o Ministério Público, por obrigação de ofício, deverá interferir, judicialmente, para corrigir erros e aberrações praticados por prefeitos que nomearam sem concurso. O que fazer?

Outra pergunta, não menos fundamental: caso

a Lei obrigue a demissão de funcionários contratados sem concurso, aonde vão parar mais de 2.000 que podem ser demitidos a qualquer momento?

É um grave problema e devemos discuti-lo. Várias outras perguntas devem também ser respondidas. Por exemplo: quantos funcionários efetivamente tem a AMAC? Em que governos foram nomeados? Quais os principais serviços prestados ali? E, finalmente, quanto, efetivamente, custa a AMAC para os cofres municipais e o que ela oferece em contrapartida?

O prefeito em exercício, se estivesse preocupado em economizar recursos, deveria, em primeiro lugar, não ter nomeado centenas de cabos eleitorais para ocupar cargos em comissão, que sugam milhões de reais por ano. No lugar dessa gente que não tem o que fazer, a prefeitura podia utilizar recursos para a manutenção dos empregos de centenas de funcionários da AMAC, enxugando o orçamento da instituição.

O.P.